

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A família de um recluso açoriano que morreu recentemente no Estabelecimento Prisional do Linho está indignada com a postura do Estado (Ministério da Justiça), que se recusa a assumir os custos da transladação do corpo do seu familiar para São Miguel.

Referem os familiares que recluso em causa foi transferido para o continente por imposição da Direção Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP), e não por vontade própria, pelo que deveria ser o Ministério da Justiça – e não a família – a suportar os custos com a transladação do corpo do recluso para os Açores.

Não é a primeira vez que este problema se coloca, mas a resposta da DGRSP tem sido sistematicamente a mesma: remete para as famílias dos reclusos transferidos para o continente os custos com a transladação do corpo, o que é, no mínimo, indigno e imoral, para além de demonstrar uma profunda falta de humanidade.

Este é um problema que afeta todos os reclusos açorianos transferidos para o continente, que têm a infelicidade de falecer no meio prisional.

Só desde o início deste ano, 57 reclusos açorianos foram transferidos para estabelecimentos prisionais do continente devido à sobrelotação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

Ora, se é devido a um problema de sobrelotação que os reclusos dos Açores são obrigados a ser transferidos para o continente, se o respetivo óbito ocorre em contexto prisional, então o Ministério da Justiça deveria ser o primeiro a assumir os custos com a transladação do corpo destes reclusos para os Açores.

Em face do exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os(as) Deputados(as) do Grupo Parlamentar do PSD abaixo-assinados apresentam à Ministra da Justiça, através de V. Exa, as seguintes perguntas:

1 – Por que razão é que o Ministério da Justiça não assume o custo com a transladação do corpo de reclusos açorianos que são transferidos para o continente devido à sobrelotação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada?

2 – Não seria justo que numa circunstância destas o Ministério da Justiça assumisse o custo com a transladação?

3 – Qual é a posição da Senhora Ministra da Justiça sobre este problema concreto que afeta os reclusos açorianos?

Palácio de São Bento, 19 de maio de 2023

Deputado(a)s

PAULO MONIZ(PSD)  
FRANCISCO PIMENTEL(PSD)  
PAULA CARDOSO(PSD)  
ANDREIA NETO(PSD)  
MÓNICA QUINTELA(PSD)  
OFÉLIA RAMOS(PSD)  
FERNANDO NEGRÃO(PSD)  
ANDRÉ COELHO LIMA(PSD)  
EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)  
SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)  
CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)  
CLARA MARQUES MENDES(PSD)  
CRISTIANA FERREIRA(PSD)  
HUGO CARNEIRO(PSD)  
JOÃO MOURA(PSD)  
LINA LOPES(PSD)  
MÁRCIA PASSOS(PSD)  
SOFIA MATOS(PSD)